

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

R.A.S.P.: PORQUE LUTAMOS?



desenho de Topor

De "Soldados em Luta", "Jornal dos soldados em luta no RASP", n. 1, 15 de Outubro de 1975, extraímos o seguinte texto:

Começámos a lutar com um objectivo: abertura do CICAP e a reintegração no quartel de todos os seus militares.

Hoje, uma semana depois, ricos duma experiência extraordinária, fortes duma unidade inquebrantável, o objectivo continua o mesmo e a certeza de o atingir, cada vez mais firme.

Por que lutamos?

O encerramento do CICAP tem de ser visto na sua verdadeira dimensão. As intenções de quem tal ordenou têm de ser denunciadas.

O encerramento do CICAP é o ponto mais alto duma escalada que já expulsou dezenas e dezenas de soldados e militares progressistas das suas unidades nesta Região Militar (mais de 50 militares do RIP, do CICAP, do QG, do CIOE - Lamego, de Braga, de Viana, etc., foram "saneados" dos seus quartéis ou passados a licença registada).

O encerramento do CICAP é o prolongamento de uma atitude constante dos comandantes e oficiais reaccionários que já demonstraram o desprezo pela opinião e mesmo pela vida dos soldados ao pôr, por exemplo, quartéis de prevenção sem ter ordens para tal (CICAP, RIP, Lamego, Braga, Vila Real), mas com o objectivo de fazer pressões de baixa política.

O encerramento do CICAP é a vontade de esmagar a voz de soldados que lutam e dizem não à disciplina militarista.

Por isso lutar contra o encerramento do CICAP é uma tarefa, é dever de todos os soldados.

Ao fechar o CICAP e ao expulsar os seus militares o Brigadeiro Veloso demonstrou que pretende esmagar todos aqueles que se opõem ao seu objectivo: um exército de disciplina militarista, braço armado da reacção capitalista, tropa de carneiros obedientes. Um exército que controlado e manipulado pelos reaccionários atacaria, cedo ou tarde, os trabalhadores, as organizações dos trabalhadores, as conquistas dos trabalhadores.

De "Soldados em Luta", "jornal dos soldados em luta no RASP", n. 1, de 15 de Outubro de 1975, extraímos o artigo seguinte:

O CICAP tinha-se tornado baluarte da reacção na região militar do Norte. Todas as nossas justas conquistas tinham sido neutralizadas. Simultaneamente surge a implantação

O CICAP tinha-se tornado baluarte da reacção na Região Militar do Norte. Todas as nossas justas conquistas tinham sido neutralizadas. Simultaneamente surge a implantação implacável do militarismo exacerbado, imbuído do mais alto desprezo pela pessoa humana. Nos fins de Julho três camaradas foram saneados. Vem o mês de Agosto em que quase todo o pessoal vai para férias. O diabo ficou a solta naquele mês de Agosto. Oficiais e sargentos reaccionários faziam reuniões clandestinas, constantemente. Nessas reuniões, sem consultar os órgãos demo-

HISTÓRIA DA LUTA NO C.I.C.A.P.

cráticos da vontade dos soldados, resolvem mandar à assembleia do exército o cap. P. Morais, spinolista, chegado dias antes à Unidade. Com este veio também o cap. Loureiro, ex-activista da Mocidade Portuguesa. Não tardaram as ameaças de saneamento a militares progressistas. Passados dois dias, às duas da manhã, é desmascarado o desvio de armas. Na altura interrogámos o quarteiro e apurámos ser responsável o primeiro sarg. Barnabé (ex-candidato à Pide, como ele se gabava); soubemos então que nem todos os oficiais de dia podiam levantar armas, mas que por outro lado dez primeiros sargentos o podiam fazer a qualquer hora da noite.

Com a chegada da recruta tornou-se mais forte a nossa capacidade de resposta. Não mais podiam continuar no escuro as manobras reaccionárias.

Anuncia-se a manifestação convocada pelos SUV. O Comando da Unidade faz toda a espécie de boicote e ameaças tentando impedir que nela participemos. Mesmo assim, nós, soldados do CICAP, estivemos presentes em grande número.

No dia seguinte, 11 de Setembro, fizemos na parada do quartel um minuto de silêncio em solidariedade com a luta do povo chileno. No minuto imediato a Parada é parada de inquisidores a apurar "responsabilidades" e a intimidar-nos.

A comida tornava-se gradualmente intragável e no dia 15 fizemos levantamento de rancho. A preocupação primeira não foi melhorar a comida, foi arranjar uma vítima. Acusado de instigador, é expulso um asp. miliciano.

Opusemo-nos firmemente ao saneamento e gritámos na Parada: Reaccionários fora dos Quartéis.

Não se fez esperar a tentativa de novos saneamentos, agora sob a capa legalista, através do Chefe EM - RMN, saneamentos mais sutis mas não menos ardilosos. O saneamento de dois oficiais milicianos. Nós dissemos: Basta! Nesse dia à noite reunimos e decidimos exigir no dia seguinte uma explicação dos saneamentos em Assembleia de Unidade. Esta assembleia sofreu boicotes de toda a ordem mas, ao fim de cinco horas conseguimos fazer a votação sobre os saneamentos dos nossos camaradas. O resultado foi trezentos e doze (312) votos a favor da permanência, 6 abstenções e nenhum voto contra! A porta de Armas centenas de populares vigilantes, que aguardavam a deliberação da assembleia, receberam entusiasticamente a nossa vitória.

Foi na noite desse dia, quando na Unidade se encontrava pouco mais do que o pessoal da guarnição, que o assalto à Unidade se deu. Foi um assalto à vontade democrática expressa em assembleia. Foi um assalto à boa maneira fascista onde não faltou cúmplices (sarg. e oficiais de quadro) e onde não faltou traição.

(continua na p. 2)

SOLDADOS EM LUTA



Jornal dos Soldados em Luta no RASP - N.º 1-15 Out. 1975

Artigo extraído de "Soldados em Luta", "Jornal dos soldados em luta no RASP", nº 1, 15 de Outubro de 1975

ORGANIZAÇÃO:

factor fundamental para a vitória

Para atingirmos a vitória na nossa luta não basta lutarmos por objectivos justos, não basta compreendermos que a nossa derrota representará o reforço da ofensiva da reacção capitalista, dentro e fora dos quartéis, e que, pelo contrário, a nossa vitória reforçará as posições dos soldados, dos sargentos e oficiais progressistas e do povo trabalhador e diminuirá o campo de manobra dos reacçãoários.

Por muita razão que tenhamos, se não estivermos organizados depressa virá a dispersão, a ausência de direcção da luta, o não cumprimento das tarefas, a confusão, a desmobilização.

Por isso, desde o início da nossa luta procurámos responder, sob o ponto de vista organizativo, a várias questões:

- a direcção da luta
- a organização militar
- a ligação às massas populares
- a organização da vida interna na Unidade (tempos livres, limpeza, jornais de parede, etc.)

— o contacto com os órgãos de comunicação social.

1. Começámos por constituir uma Comissão de Luta — órgão a que se atribuíram funções de direcção e coordenação de todos os aspectos da luta.

A intensa solicitação para várias tarefas levou a que a Comissão de Luta se dispersasse, quase nunca reunisse todos os seus elementos, centralizasse em alguns dos seus ele-

mentos as tarefas principais, não preparasse devidamente os plenários e não dirigisse realmente a luta.

Soubemos aprender com os erros, reestruturámos a Comissão de Luta atendendo a que ela deve reunir os camaradas mais capazes e combativos, procuramos garantir o seu funcionamento em bases colectivas e não dispersar os seus membros por tarefas que não sejam as de direcção e coordenação da luta.

Uma direcção firme da luta não se confunde com cupulismos e burocracia, pois o Plenário é quem decide, reúne frequentes vezes e a Comissão é total e permanentemente responsável perante ele. A Comissão de Luta tem de ser capaz de aprender com a imaginação, a experiência e a iniciativa de todos os camaradas, de tirar conclusões gerais das experiências das várias Comissões e de apontar o caminho a seguir, tendo em conta a análise da situação em cada fase da luta.

2. Comissão Militar — trata de todas as questões relativas à organização militar e segurança. Está ultimamente ligada à Comissão de Luta para se garantir que a política dirija a espingarda. Uma arma é um instrumento inútil para a Revolução se o camarada que a usa não sabe quem é o verdadeiro inimigo e qual o momento certo em que a deve utilizar.

3. Comissão de agitação e propaganda — tem como função estreitar os laços entre a nossa luta e as massas populares. Esta comissão

tem desenvolvido um amplo trabalho de contacto com os novos camaradas nos quartéis, nas fábricas e nos bairros. Tem igualmente feito a distribuição dos nossos comunicados.

4. Comissão interna — a sua função é organizar a vida quotidiana no quartel: serviços de entradas e saídas, limpeza, organização de escalas de serviço, distribuição dos géneros oferecidos, agitação política interna, ocupação dos tempos livres, dinamização cultural.

Esta comissão tem uma função muito importante: do seu trabalho depende a possibilidade de se ir mais longe na transformação da vida habitual nos quartéis, trabalhadores fardados, têm uma vida vazia, reduzida sobretudo à execução de tarefas manuais só subordinada à autoridade militarista e embrutecida dos oficiais reacçãoários.

Uma experiência nova que tem sido avançada é a da inclusão nos trabalhos de faxina de soldados, sargentos e oficiais, procurando-se destruir a separação entre os que trabalham manualmente e os que têm funções de direcção.

5. Comissão de imprensa — redige e divulga os comunicados, organiza conferências de imprensa e coordena a feitura do Jornal de Luta, órgão de agitação e voz dos ensinamentos que a luta nos dá dia após dia.

6. Qualquer das comissões é responsável perante o plenário e a todo o momento destituível por ele.

já publicados:

A crise económica actual na esfera do capitalismo americano, mais um suplemento: actualização de dados estatísticos, por João Bernardo

Sindicalismo e acção directa, por Manuel Joaquim de Sousa, com um Prefácio de Emílio Santana

Um ano, um mês e um dia depois para onde vai o 25 de Abril? Economia e política da classe dominante, por João Bernardo, agora numa segunda edição ligeiramente aumentada

Trotsky e a ditadura do proletariado, por H. Smith

Apelo ao proletariado revolucionário (Rússia 1923), pelo grupo "Verdade Operária"

Sobre a organização dos trabalhadores, por Anton Panndok

Portugal: a questão da organização revolucionária, por um grupo de trabalhadores emigrados

Contra a corrente

ULTIMAS EDIÇÕES:

O COMECON E A CRISE ECONOMICA MUNDIAL (A CRISE DO CAPITALISMO NOS PAISES DE LESTE)
Jeune Taupe

NOVO MOVIMENTO (QUESTÕES SOBRE A PRÁTICA REVOLUCIONARIA)
Henri Simon

CRISE DA SOCIEDADE PORTUGUESA ("DESCOLONIZAÇÃO" E "INDEPENDENCIA NACIONAL")
Ch. Reeve / J. Carvalho-Ferreira

Pedidos a Contra a corrente
Rua da Atalaia, 204-206, Lisboa 2
Rua do Breiner, 50, Porto

brevemente se publicarão outros livros, como por exemplo, *Uma crítica da ideologia anti-militarista*, por Jean Barrot, *A guerra social em Portugal*, de Jaime Semprun, *Sobre o imperialismo russo (capitalismo de Estado e imperialismo)*, por "Combatcomunista", França; os "presos comuns" *falam*, por "Comité d'action des prisonniers, A comuna de Paris de 1871", por Karl Marx e François Martin, *Os conselhos operários e a auto-gestão social*, por Paul Cardan, Hungria 1956, por Andy Anderson, e o que mais se seguirá para surpresa e ilustração do leitor.



(continuação da p. 1)

Lutar contra o encerramento do CICAP é lutar para que as pontas das espingardas dos soldados nunca, nunca se viam contra os seus irmãos trabalhadores.

Por isso lutar contra o encerramento do CICAP é a nossa tarefa, é dever de todos os trabalhadores, fardados ou não.

Na maior manifestação que já foi feita no Porto (exceptuando a do 1 de Maio) nós demonstrámos a força imensa da nossa luta.

Apesar disso, a vontade de não fazer correr sangue de trabalhadores (o do povo que nós representávamos e o daqueles que manipulados ocupavam o CICAP) foi a nossa preocupação constante. Contrariamente, o Brigadeiro Veloso, como um bom e corajoso general estava disposto a combater até à morte... do último dos seus homens.

A solidariedade e unidade dos soldados foi demonstrada pelos camaradas do RASP que, abrindo-nos os seus portões, permitiram-nos continuar a luta, dando-lhe perspectivas infinitamente ricas.

A prática no dia a dia de resolvermos em conjunto os nossos problemas, de enviarmos às urtigas a hierarquia e de construirmos uma sólida camaradagem cria em cada um de nós um trabalhador que sairá desta luta combatente consciente e responsável da causa dos oprimidos e explorados.

A solidariedade dos trabalhadores, as horas de sono roubadas passadas na Calçada Vermelha (cor do sangue que tombou em nossa defesa) e a simpatia constante do povo aponta uma única solução: o CICAP não será do Veloso, o CICAP será do Povo.

A livraria "Contra a Corrente", na rua da Atalaia, nº 204-206, em Lisboa (ao Bairro Alto), propõe-se ser um local de reunião e de contactos entre trabalhadores em luta. Está assim inteiramente aberta aos grupos de trabalhadores e aos grupos revolucionários autónomos que a queiram utilizar.

NESSE SENTIDO PROPOMO-NOS AINDA VENDER NAS INSTALAÇÕES DA LIVRARIA PRODUTOS DE EMPRESAS EM AUTO-GESTÃO.

Todas as empresas interessadas podem contactar-nos para a morada da livraria.

Editorial

Um projecto de trabalho

Durante ano e meio nada dissemos neste jornal sobre nós próprios nem sobre a nossa acção mais geral.

Os partidos políticos, que pela própria forma como se organizam constituem embriões do capitalismo de Estado (nota), preocupam-se exclusivamente com as suas questões internas e são indiferentes às formas autónomas de desenvolvimento do movimento operário, procurando a todo o custo destruir essa autonomia e colocar o movimento sob a tutela dos partidos. Quando referem lutas operárias, fazem-no só com dois objectivos: primeiro, dar a entender que tais lutas se devem à "direcção" desse partido e que os operários autonomamente nada conseguiriam realizar, segundo, conseguir para o seu partido clientela e apoio que o reforcem na luta contra os restantes e lhe possibilitem um bom lugar na partilha da mais-valia, em regime de capitalismo de Estado.

Destacamo-nos radicalmente desse tipo de concepções e de actividade, por isso contribuímos, no limite das nossas possibilidades escassas, para o reforço da organização autónoma do proletariado e para o desenvolvimento e a unificação das lutas operárias, sem que nos interesse apregoar eventuais êxitos. É a acção prática que procuramos, e não a publicidade.

No entanto, as características da situação actual exigem que comecemos a expor as nossas concepções de organização e de trabalho, bem como a prática mais geral que contamos prosseguir. Os revolucionários que se opõem ao capitalismo de Estado e lutam pela abolição do assalariamento, das classes, do Estado e de todas as formas de opressão — política, racial, cultural, familiar ou sexual — não se limitam a criticar a acção dos partidos, mas têm eles próprios uma acção. Que acção é essa?

Durante o período que decorreu entre as lutas operárias desencadeadas após o golpe de 25 de Abril e a generalização da propriedade de Estado posterior ao 11 de Março, o movimento operário caracterizou-se por formular reivindicações claras e pela existência de lutas constantes e agudas. A generalização das estadualizações (a que a classe dominante chama "nacionalizações" para fazer crer que é toda a "nação" e não só o Estado ou novo proprietário) após o 11 de Março veio modificar esta situação. A partir de agora o movimento operário só pode desenvolver-se se formular um novo objectivo, que é ao mesmo tempo o maior objectivo possível para o movimento operário moderno: atacar o capitalismo de Estado, compreender claramente que as estadualizações só interessam aos gestores e à nova classe dos capitalistas de Estado, unificar a luta contra os patrões privados com a luta contra os gestores e os capitalistas de Estado. E desde já que esse ataque não se pode limitar à propaganda oral ou escrita. Faz-se também materialmente, desenvolvendo as formas sociais igualitárias que o proletariado cria sempre na sua luta, e a prática do colectivismo que se gera no interior dessas formas. Tal desenvolvimento depende da unificação das lutas particulares. Mas, hoje, o movimento operário em Portugal não formula ainda claramente este objectivo. Por outro lado, quaisquer outros objectivos menores constituiriam um recuo relativamente à situação actual, e esse recuo não se tem também verificado. Vive-se assim um período em que o movimento operário não avançou decididamente nem recuou significativamente. Só esta situação de instabilidade permite que um governo que não governa e um exército que não consegue reprimir continue a manter-se de pé. Mas esta instabilidade não pode durar por muito tempo e a situação terá que se decidir, num sentido ou noutro.

Parece-nos que a actividade de todos os revolucionários que se opõem ao capitalismo de Estado deve ser, hoje, a de contribuir para acelerar a unificação das várias lutas operárias e das instituições autónomas de luta. Essa unificação é a base prática de qualquer oposição consciente ao capitalismo de Estado, ao mesmo tempo que constitui o campo material sobre que se desenvolvem relações igualitárias e comunistas. Não pretendemos, como os partidos políticos, impor ao movimento operário um programa prático ou um sistema ideológico, originados no exterior do movimento operário. Pretendemos rapidificar a unificação das várias lutas operárias, ao nível da organização autónoma do movimento operário. É claro que, com ou sem a acção dos activistas revolucionários, as várias lutas operárias tendem a unir-se. Mas nos conflitos sociais o factor tempo é primordial. A actual classe dominante procura também reorganizar-se e, sob este ponto de vista, a primeira vitória da longa guerra social que se avizinha pertencerá aos que conseguirem assegurar mais rapidamente a sua coesão. Por isso nos parece que todos os revolucionários que se opõem ao capitalismo de Estado devem trabalhar pela aceleração da unificação prática entre as várias lutas e dos contactos entre as várias organizações autónomas.

Até agora, os trabalhadores têm lutado independentemente da tutela dos partidos, do Estado ou dos sindicatos no interior de cada empresa ou ao nível dos bairros. Mas, sempre que se trata da ligação com os trabalhadores das outras empresas ou dos outros bairros, têm sido os partidos ou as instituições estaduais e sindicais a servir de veículo a essa união. Parece-nos ser esse o principal atraso do movimento operário em Portugal.

Esta situação resulta de um fenómeno mais geral, característico da revolução portuguesa actual e talvez inaugurador de uma nova fase nos processos revolucionários. Os partidos — não um ou outro, mas todos eles e a própria instituição partidária — foram ultrapassados pelas massas operárias que criaram as suas próprias organizações autónomas, de empresa e de bairro, e em torno delas se unificaram. Deste modo, os partidos, para sobreviverem, têm de se dizer defensores das organizações autónomas e só aparecem a público sob a capa de orga-

nizações autónomas, ou pretensamente autónomas. E não só os partidos, mas até o próprio aparelho de Estado. E assim se chegou à situação paradoxal em que vemos todos os partidos dizerem-se... apartidários. Esta situação é ambiva e não pode ser analisada dogmáticamente. Por um lado, é certo que esta táctica permitiu aos partidos sobreviverem e manterem o contacto com as massas em luta. Mas, por outro lado, os partidos não podem desenvolver as suas formas tradicionais de recrutamento e controlo, e têm que fazer propaganda da sua própria destruição. Neste processo muitas organizações autónomas passam a ser dominadas por partidos e deixam de exprimir a autonomia da classe; mas por isso mesmo burocratizam-se, isolam-se e são ultrapassadas quando a luta de novo ascende. É certo que o facto de os partidos se ocultarem com a capa das organizações autónomas atrasa o seu desmascaramento pelo proletariado, que compreendeu já que os partidos são dispensáveis mas não

viu ainda claramente que eles são prejudiciais. Mas os partidos tentam cobrir-se com o apartidarismo porque não têm outro remédio. Neste processo são os partidos que vão a reboque do movimento operário autónomo, embora por esse facto constituam focos de permanente degenerescência. Parecem-nos serem estes a dualidade do processo e o seu sentido geral. E pensamos que este processo constitui o aspecto mais original, e ao mesmo tempo o mais importante, da actual luta social em Portugal.

Sendo assim, é na aceleração da unificação entre as várias lutas proletárias que, em nosso entender, todos os revolucionários devem ter uma acção dinamizadora. O Estado, os governantes e os seus acólitos conseguem impôr-se porque asseguram a centralização dos movimentos sociais. A destruição do Estado e da centralização que ele impõe só pode desenvolver-se a partir da unificação de todas as lutas sociais e da federação da generalidade do movimento social ao seu próprio nível, autonomamente.

O facto de, na situação actual, os trabalhadores não conseguirem unificar as suas lutas e, por outro lado, estarem esgotadas as possibilidades de desenvolver as reivindicações no interior de cada luta isolada, levou à degenerescência e à burocratização da maior parte das comissões de trabalhadores e de várias comissões de moradores. Por outro lado, o desenvolvimento de formas de autogestão numa situação em que a vida económica global se estrutura de modo capitalista transformou muitas comissões de trabalhadores em gestores do capital e fê-las degenerar. É esta a dupla face da autogestão: por um lado, representa uma autonomia de acção dos trabalhadores mas, por outro lado, leva-os a gerir uma economia que, na sua globalidade, continua capitalista. Parece-nos, por tudo isto, que o desenvolvimento da unificação das lutas deve partir das bases operárias nas empresas ou dos grupos mais dinâmicos nos bairros — sempre que as comissões de trabalhadores ou as comissões de moradores se burocratizarem. Só o permanente desenvolvimento da luta pode impedir a burocratização das instituições que dela resultam.

Como nos propomos contribuir para estas tarefas?

O campo da nossa acção como activistas revolucionários é mais vasto do que o jornal e as livrarias, mas é o jornal o principal eixo do trabalho. A generalidade das tarefas relativas ao jornal e até à livraria e edições ultrapassa o seu âmbito.

Enquanto jornal "Combate" é necessário:

- 1) Assegurar a absoluta periodicidade do jornal, mesmo que as dificuldades financeiras nos obriguem a diminuir por vezes o número de páginas, já que o jornal é a base mais constante da nossa actividade e tem uma função importante de aglutinador revolucionário.
- 2) Até à generalização das estadualizações, quando havia lutas constantes por todo o país, era possível que este jornal só se ocupasse das lutas nas suas fases de ascensão. Agora, que a tarefa principal é a de contribuir para a unificação das lutas, é preciso que o jornal acompanhe não só os fluxos como os refluxos das lutas. Por isso, daqui em diante centrar-nos-emos num número mais restrito de lutas, que procuraremos acompanhar com maior regularidade.
- 3) As entrevistas feitas aos trabalhadores e os artigos que os trabalhadores escrevem para o jornal deverão centrar-se mais nos aspectos gerais das várias lutas e na sua oposição ao capitalismo de Estado do que nos problemas particulares de cada empresa. Desenvolver-se-á, assim, a unificação das lutas ao nível da consciência operária.
- 4) O próprio trabalho do jornal deve desenvolver os encontros e ligações entre trabalhadores de diferentes empresas e de diferentes regiões, desenvolvendo-se assim não só a consciência de classe dos proletários mas também a unificação material das lutas operárias, ao seu nível autónomo.
- 5) É impossível construir o comunismo num só país, pois o comunismo exige que a produção não obedeça aos critérios da produtividade capitalista e, enquanto o mercado mundial for dominante e tivermos que produzir para o mercado mundial, a lei do valor e a produtividade capitalista continuarão dominantes. Por isso o desenvolvimento da unificação das lutas operárias não pode limitar-se às fronteiras portuguesas. Os capitalistas percebem bem a necessidade de um internacionalismo para as classes dominantes; só a nível internacional pode o proletariado derrubar o capitalismo. Abriremos as nossas colunas, na medida do possível, a camaradas noutros países e utilizaremos o jornal como veículo de reuniões e encontros entre trabalhadores portugueses e trabalhadores estrangeiros: quer trabalhadores laborando numa mesma multinacional, de forma que os camaradas das empresas dessa multinacional num país apoiem as lutas das outras empresas nos outros países, quer através de contactos com grupos de militantes revolucionários anti-capitalistas de Estado em vários países.

O movimento operário em Portugal conquistou a autonomia no interior das unidades de produção, tem de conquistá-la ao nível da unificação entre as várias unidades de produção e as várias lutas de bairros. Se contribuirmos para acelerar esta unificação autónoma, criar-se-ão campos de resistência material ao capitalismo de Estado, que permitirão que o ataque geral da classe operária seja de-

sencadeado mais depressa e ascenda mais rapidamente às formas totais de luta.

(NOTA) O capitalismo de Estado combina três factores principais: a propriedade capitalista dos meios de produção é realizada por intermédio do Estado; o Estado gere o funcionamento da economia; o Estado controla e planifica a movimentação da força de trabalho. Existe deste modo uma hierarquia rígida da sociedade e tenta planificar-se a totalidade das suas actividades. É complexo definir a actual situação económico-social em Portugal. O primeiro destes factores existe generalizadamente após o 11 de Março; quanto ao segundo, a incapacidade do Estado em gerir a economia não se tem devido tanto à impropriedade e à estupididade dos novos burocratas, como às permanentes lutas e movimentações operárias; pelo mesmo motivo o Estado tem-se até agora revelado incapaz de passar à prática o terceiro factor. Temos pois uma situação em que o capitalismo de Estado é o sonho da nova classe dominante, sem que tenha ainda conseguido realizá-lo nos seus principais aspectos.

S. Pedro da Cova

(continuação da p. anterior)

to que um mineiro foi explorado nas minas, o carpinteiro ou o pedreiro, ou outro trabalhador qualquer, foi explorado ...

Mulher C — Os que trabalhavam nas minas tanto trabalhavam cá fora como lá dentro, no fundo. Mas enquanto estiverem todos os mineiros nas minas a trabalhar nunca cá esteve gente de fora. Estavam aí pessoas do Porto e de outros lados a pagar tanta renda como os mineiros ou ainda menos. Estavam pessoas a pagar 180\$00 e que nunca trabalharam nas minas. Foi quando os mineiros fizeram a reclamação disso.

Assinante do COMBATE — E a reclamação valeu-lhes de alguma coisa?

Mulher C — Sim, porque depois puseram as rendas a bem dizer por igual. A diferença é de 10\$00, 20\$00 ou 30\$00 conforme as divisões em cada casa.

Assinante do COMBATE — Vocês tem conhecimento de que aqui, no Centro Revolucionário Mineiro, foi eleito um secretariado, um grupo de pessoas que decidiram o que se iria fazer?

Mulher C — Dessa coisa não estou a falar. Estou a par mas é do pessoal que entrou aqui e tomaram posse disto e que nos diziam que as casas eram todas dos mineiros. Estou ao facto disso e não estou ao facto de mais nada, porque eu praticamente é raro sair de casa.

Elemento da comissão de moradores — Quanto ao secretariado eu tive conhecimento que houve aqui uma reunião e que até foi a votos. Agora quem eram as pessoas, quem ficou a dirigir esse secretariado, pois eu não estou dentro do assunto, porque ainda não fui esclarecido.

Assinante do COMBATE — O secretariado em princípio foi formado por um grupo de pessoas para fazer avançar o processo. Vocês consideram que esse processo diz respeito a essa meia-dúzia de pessoas ou que, dizendo respeito à população em geral, deve ser a população através de reuniões e plenários que deve dizer, que deve decidir qual o melhor caminho a dar a esta luta?

Elemento da comissão de moradores — O secretariado é uma coisa que resolve todos os problemas, portanto esclarece mais ou menos ao povo o que deve fazer. O secretariado só poderá fazer alguma coisa com o apoio dos moradores, da população.

Assinante do COMBATE — Você considera que neste momento o secretariado está a esclarecer a população?

Elemento da comissão de moradores — Pois eu julgo que sim. Aliás, se nós sabemos alguma coisa, se estamos a avançar, é porque o secretariado nos informa mais ou menos o que a gente tem a fazer.

MFA é considerado necessário

Assinante do COMBATE — Vocês consideram que é mais importante o povo organizar-se à volta de um problema comum ou é necessário que o MFA venha em auxílio dele?

Mulher C — O povo é melhor todo organizado.

Mulher D — Eles querem dizer que quando dão entrevistas na televisão de quintas que estavam abandonadas são as próprias forças armadas a ir lá. Aqui, querem eles dizer, ao tempo que se anda com isto e ainda não se viu as forças armadas virem aqui com a coisa da televisão para mostrar em todos os lados. Compreendeu?

Mulher C — Eles não vêm nada: serem chamados à televisão, serem entrevistados como em qualquer outra freguesia. É onde o povo está com medo disto.

Assinante do COMBATE — Pois, mas eu faço novamente a pergunta: O que é que vocês consideram mais importante — é o povo organizar-se, ou ser o MFA a vir dizer às pessoas para se organizarem?

Mulher C — Achava que se eles fossem organizados pelo MFA eles fariam melhor que mesmo propriamente assim.

Mulher B — Convenciam mais o povo. Esses ainda estão um bocadinho ao lado do fascismo e eram capazes de concordar.

Assinante do COMBATE — Mas, por exemplo, numa das últimas assembleias do MFA foi aprovada a institucionalização das comissões de moradores. Em S. Pedro da Cova já existiam comissões de moradores. Vocês não acham...

Mulher C — Eu fui sempre das que disse que enquanto não vi as forças armadas que tinha medo do que se estava a passar. Quando eles vieram aqui àquele plenário do campo de bolae os vi lá a falar, nessa altura já fiquei com mais confiança.

Assinante do COMBATE — Com que é que vocês se sentem com mais confiança: com as comissões de moradores todas unidas — e não só as comissões de moradores os moradores todos unidos — e não só as comissões de moradores os

Mulher C — Ainda há bocado quando vinha para baixo apareceu-me um sujeito e estive a falar com ele, e ele disse: "Oxalá rapariga que isto vá para a frente, que isto siga. Mas isto parece-me que ainda não está em vigor porque agora estão os do patrão a conseguir fazer obras mais depressa do que os nossos". E eu disse: "Bem, eu entendo que ao tempo que eles estão sempre havemos de vencer, senão isto tinha levado alguma revolta".

Assinante do COMBATE — Mas, por exemplo, o patrão, o Cid Monteiro, vai começar a fazer obras nas casas, mas até agora nunca tinha feito obras.

Mulher C — Nunca fez obras, mas agora como está a ver se o pessoal vai outra vez para ele, está a começar a fazer obras nas casas que pagam a ele, que é para ver se os que estão a pagar ao Centro Revolucionário Mineiro vão para ele outra vez.

Mulher A — Eu, se for à comissão de moradores ou ao centro revolucionário mineiro, conforme ficar decidido eu pago. Mas ao Cid Monteiro não pago mais porque então deixo de pagar. Foram 48 anos que o meu marido trabalhou na mina. Já tenho direito a estar o resto da minha vida com a casa de graça. Pagar não pago. E se ele me puser na rua eu boto um lençol e durmo de baixo dele.

Mulher C — E claro que ele está com esta coisa que é para ver se puxa muito povo — que muitos jogam com um pau de dois bicos —, se puxa o pessoal a ele. Ora, se for a maioria, nós aqui a maioria é que venceu. Ora, se ele continuar a puxar aí o povo, o povo cai lá. Eu entendo que se a maioria for para ele, é ele que vence. Mas agora se o povo se organizar todo se ponha todos por um e um por todos, entendo que isto está firme.

Assinante do COMBATE — Vocês sentem a necessidade de o povo se unir à volta deste processo? Vocês consideram que este processo diz respeito a toda a gente?

Mulher B — Ainda hoje tive dois que me disseram: "Oh Margarida, tu achas que isto vai a vigor?" E eu disse: "Então não vai". E eles disseram: "Olha, a gente põe a televisão, vê-se as forças armadas, eles entram por uns terrenos dentro e estão lá logo as forças armadas. Aqui, para inglês ver, trouxeram dois militares. Vocês convencem-se que isto está a vigor?" E eu disse: "Está". "Está nada, Margarida, está nada. Agora se nós víssemos na televisão dar os plenários como estão a dar de outros lados, nós então dizíamos assim todos: estou de acordo, sempre é verdade. Agora trouxeram dois militares, não se vê nada em mais lado nenhum, tu achas que vai?" "Eu acho que sim". "Sem se ver tudo como se vê nos outros lados, não vai nada".

Mulher A a vir cá dizer ...

Mulher B — Nós confiamos. Se não confiassemos não andávamos como temos andado a auxiliar. Mas ainda há muito fascismo que ainda vem com esses ápar-



desenho de Topor

te. Aqueles homens, como vêm que eu falo muito com eles e que a gente anda assim a conversar às vezes junta-mos-nos todos), eles vêm atacar-me. Começam a dizer assim: "Oh Margarida, olha que não é como a gente vê na televisão, as forças armadas a auxiliar isto, a auxiliar aquilo".

Assinante do COMBATE — Mas o MFA já se pronunciou a favor das comissões de moradores. Já deu todo o seu apoio e inclusivamente já as institucionalizaram para elas seguirem para a frente.

Mulher C — E para o que fosse preciso estavam às ordens — eu no plenário do campo assim a tudo. Estavam às ordens do que o povo mineiro de S. Pedro da Cova quizesse. Eles aqui nunca frequentam tanto já estamos mais ao corrente do Porto; nunca frequentam tanto aqui a nossa freguesia. Mas já há freguesias aí para cima que estão muito atrasadas e entendo que eles vão mais para essas freguesias, para abrir a coisa ao povo, a ciência ao povo, para que o povo se envolva do que se está a passar.

Mudar a vida ?

Assinante do COMBATE — Porque é que vocês relacionam este processo aqui de S. Pedro com os outros?

Mulher C — Eu considero que isto foi uma coisa muito bem feita e agora a comissão de moradores começando a organizar estas coisas todas entendo que deve convencer mais o pessoal à feição de que o povo se comece a compreender melhor.

Elemento da comissão de moradores — A comissão de moradores, como disse e muito bem, procura fazer tudo, mas é como se sabe o nosso lugar — que é preciso ser visto mesmo da própria terra ao telhado. Nós não temos caminho onde se possa passar. De Verão ainda tudo passa, porque está tudo seco; de Inverno é preciso empurrar os carros, é preciso pôr tábuas para se passar. É preciso tudo e mais alguma coisa.

Mulher B — E às escuras.

Elemento da comissão de moradores — A água tem que se pagar, não digo eu, mas as senhoras que precisam de lavar. Pagam porque não há água para lavar. Pagam uma média de 10\$00 a 15\$00 por semana — claro que é pouco, mas se nós tivéssemos a água escurado seria pagar.

Assinante do COMBATE — Vocês pagam a quem?

Mulher C — Pagamos aos donos dos tanques. Têm um poço, meteram um motor e fizeram os tanques para lavar. Foi o que valeu à gente.

Assinante do COMBATE — Foram os particulares que construíram esses poços?

Mulher C — Pois, e tem de se pagar 10\$000.

Mulher B — São os tais de Silveirinhos que não deixam a gente fazer uma festa para a gente, para o nosso bairro, e ainda foram acusar à câmara para deitarem os alti-falantes abaixo. Mas se eles pudessem fazer também faziam, com toda a certeza não trabalhavam para isso. Trabalhavam ou não trabalhavam? E então o que é mais direito? é as casas que estão a cair para a gente ter que trabalhar para lhes acudir, ou é para fazer caminhos para o lugar de Silveirinhos, a ter as casas todas novas? Eu acho que é mais justo fazer para nós.

Assinante do COMBATE — Vocês consideram que os particulares que fizeram os tanques o fizeram para beneficiar os moradores ou para os explorar?

Mulher B — Para explorar, que é para pagar os prédios que eles fazem à custa da gente ir lá dar-lhe. Porque era um homem pobre como nós e à custa do tanque já tem uns bons prédios a render, são 10\$00 por semana que a gente paga.

Assinante do COMBATE — Vocês com esses 10\$00 podem lavar a roupa todos os dias?

Mulher B — Podemos. O melhor que tem é isso, são só 10\$00. Mas se houvesse água escusávamos de dar esses 10\$00. Já dava para dois quilos de brócolos.

Assinante do COMBATE — Quantas pessoas mais ou menos beneficiam, se é que podemos chamar a isso um benefício, desses tanques?

Mulher C — Umhas vinte e tal pessoas. É que só dá para roupas torcidas.

Mulher B — Mais. Na Rosa Vale são para aí quarenta pessoas a lavar. Enquanto estão umas a ensaboar as roupas sujas, estão outras a lavar as outras.

Assinante do COMBATE — Mas porque é que foram particulares a construir os tanques e não foram os moradores?

Mulher A — Não podíamos, não tínhamos dinheiro nem para viver.

Mulher C — Não tínhamos poço nem terreno para fazer um tanque porque o terreno que havia antes era todo da companhia, dos nossos quintais. Ora houve lá dois indivíduos que fizeram dois poços; esse tal Passo de Sousa tinha um poço que foi ele que o fez; e tinha outro que foi um senhor que tinha uma casa na Belavista com poço. Esse poço ficou agora dependente e é o que está agora a dar água para o nosso consumo de casa. Mas tem de ser muito de manhã, porque se for de tarde já tiramos a água toda barrenta. Só se tira para regar, ou assim, mas já não temos água para o consumo de casa.

Assinante do COMBATE — Vocês perante tudo isto o que é que acham que devem fazer?

Mulher C — O que se deve fazer primeiro é as águas, o tanque, fontanários...

(continua na p. seguinte)

(continuação da p. anterior)

Assinante do COMBATE — Isso deverá ser obra de quem?

Mulher C — Da câmara.

Mulher B — Tem de ser nosso. Isto pertence-nos a nós.

Elemento da comissão de moradores — Isso dos tanques e do saneamento deve ser a comissão de moradores junta com todos os moradores a puxar os direitos para que isso se faça. Nós teremos que pedir auxílio a alguém, teremos que ser financiados porque não temos meios suficientes para podermos explorar a água e fazer tanques. Portanto, suponho que há-de haver alguém que se interesse por nós, porque nós sabemos e quase toda a gente sabe que o lugar do Bairro é um lugar muito necessitado dessas coisas. O saneamento: temos períodos em que nós próprios levantamos as tampas e desentupimos os canos que estão todos rebentados. Ainda não há muito tempo que me foram chamar a casa para ir desentupir uma caixa porque as águas estavam a entrar pela casa dentro. Ora eu acho que não me compete a mim ir limpar ou desentupir e disse à pessoa que lá foi: "Pois sim senhora, se aquilo está entupido é muito bom vocês unirem-se e eu vou lá com vocês e vocês dão uma ajuda e a gente desentope aquilo". Aquilo está de tal ordem que não adianta nada desentupir. Aquilo só ficará bom se realmente se abrir

uma valeta e fizer umas fossas sumidouras. É isso que tem de se fazer e debaixo acima. Porque afinal se a gente abre aqui entope ali em baixo. E tem períodos em que aquilo é uma imundície. Até se vêm crianças a fazer presas. Como se sabe aqui na aldeia, quando chove as crianças vão logo fazer presas. Isso é muito perigoso, até porque nós sabemos que foi um lugar que no ano passado foi atacado pela cólera. Portanto, suponho que em primeiro lugar devemos tratar dos saneamentos e das fossas.

Assinante do COMBATE — Sabem dizer se a câmara, neste momento, está a fazer algum estudo para o saneamento desses lugares?

Elemento da comissão de moradores — Bem, eu aí pouco posso adiantar porque não tenho conhecimento sobre esse aspecto. Nós não fizemos nada porque a nossa comissão é uma comissão formada há meia dúzia de dias e o tempo tem sido pouco para fazer reuniões, mas agora pretendemos reunir para tomar uma solução sobre esse problema. Portanto, tínhamos falado reunir-nos e sermos nós, a própria comissão, a abrir as valetas, pedir se a câmara nos fornecia o material e nós pagáramos a mão de obra. — Não, não pagáramos a mão de obra, trabalharíamos nós. Mas é claro, surgiram muitos problemas e ainda não tivemos ocasião de reunir; parece-me que temos uma reunião para segunda ou terça-feira para resolver o problema do saneamento.

Assinante do COMBATE — Esse encontro a nível nacional de comissões de moradores foi promovido por quem?

Lutar sozinho ou lutar como classe ?

Assinante do COMBATE — Qual deve ser, na sua maneira de ver, o papel das comissões de moradores neste momento em S. Pedro da Cova?

Elemento da comissão de moradores — O papel das comissões, na minha opinião, era unirem-se todos, trabalharem todos porque isto é de S. Pedro da Cova e portanto nós não podemos estar a trabalhar divididos. Porque uma vez que nós somos todos da comissão de moradores eu acho justo que se unam e trabalhem todos em geral. Porque se este lugar está necessitado, em S. Pedro da Cova há outros lugares também necessitados e, portanto, se as comissões se unirem e fizerem, vá lá, uma reuniões a nível de todas as comissões, não digo que seja preciso a comissão toda, mas um ou dois de cada comissão, eu acho que isto era muito importante.

Assinante do COMBATE — Já agora, para terminar, vocês pensam vir a ter, ou já tiveram neste momento, contactos com outras comissões, não das de S. Pedro da Cova mas, por exemplo, de Gondomar, do Porto, ou até de outras localidades que neste momento travam processos de luta semelhantes a este?

Elemento da comissão de moradores — A nossa comissão infelizmente ainda não foi a parte nenhuma, porque as pessoas ainda não estão preparadas ou ainda não têm conhecimento verdadeiro da responsabilidade que tem uma comissão de moradores. Eu fui o único que assisti a uma reunião de comissões de moradores a nível nacional, em Lisboa, e foi a única a que eu assisti. Até este momento ainda não assisti a qualquer outra reunião de comissões de moradores.

Elemento da comissão de moradores — Eu não posso dizer por quem é que ele foi promovido. Tivemos uma reunião aqui, no Centro Revolucionário Mineiro, e foi-nos dito que havia uma reunião de comissões de moradores a nível nacional, em Lisboa, e eu prontifiquei-me a ir assistir a essa reunião. Portanto não posso dizer se ela foi resolvida ou combinada com esta ou aquela pessoa. Sei que assisti, mas quem foi o organizador dessa reunião não poderei explicar.

Assinante do COMBATE — Lembra-se de alguns pormenores que lá tivessem sido tratados?

Elemento da comissão de moradores — Eu já expliquei isso e agora de momento não me vêm à ideia os problemas que foram lá tratados. Porque eles foram lá tantos problemas debatidos: organizações, desorganizações em que uns concordam e outros não concordam. Problemas até que eu não estou devidamente preparado para os esclarecer. Quer dizer, de momento não estou com as coisas na ideia para dizer o que lá se passou.

Assinante do COMBATE — Acha que essa experiência de encontros nacionais de comissões de moradores é positiva?

Elemento da comissão de moradores — Eu, na minha opinião, acho que nós, comissões de moradores, devíamos uma vez por mês assistir a essas reuniões, pelo menos. Porque isso é muito útil, pois nós não sabemos nada. A nossa comissão de moradores — eu não ataco ninguém — é uma das comissões que é realmente pobre. É pobre porque somos umas pessoas que não temos capacidade, quer dizer, que a pessoa mais válida atinge a quarta classe, enquanto que eu tenho visto nas comissões de moradores pessoas com muito mais categoria do que a nossa. A nossa é uma comissão sem experiência e, portanto, eu achava muito bem que assistíssemos pelo menos uma vez por mês a uma reunião daquele género ou então uma vez de quinze em quinze dias a nível de lugar ou de distrito, já que não pode ser a nível nacional. Achava isso muito importante porque aprende-se muito, pois nós nada sabemos.

SERÁ PUBLICADO BREVEMENTE O

"DOSSIER DE LUTA" N. 1

DEDICADO A S. PEDRO DA COVA

Correspondência

13 de Setembro de 1975, ao colectivo do COMBATE

Amigos

Escrevo-vos essencialmente para contestar a orientação do vosso "Combate". Sou estudante e se vos escrevo é porque sei que não recebereis a crítica. Da sua justeza, o tempo o dirá. Assim, sendo a vossa actuação caracterizada pela denúncia do Capitalismo, privado e principalmente de Estado, no que estais convosco, ela assume formas que comprometem, quanto a mim, essa luta. Quais?

1) A insuficiente análise (estratégica) das contradições da classe dominante e natureza dos pretendentes, o que leva a erros tácticos enormes, como a recusa de alianças tácticas que permitiriam abrir caminho ao poder operário e popular (revolucionários MFA, unicidade, etc.), a falta de um programa estratégico e potente e penso relacionar-se com

2) A recusa da exterioridade da teoria revolucionária, que não tendo afirmada expressamente é afirmada em cada número do vosso jornal (a partir do "Manifesto" e do "Editorial" do n. 1). Este ponto tem, como vimos, efeitos lamentáveis a nível de luta de classes, pois que, não divulgando "formações ideológicas particulares" minimamente desenvolvidas e actuações, compromete o papel educador da vanguarda e deixa os trabalhadores à mercê das ideologias burguesas, enquanto se espera que, na luta prática, estes cheguem à consciência revolucionária... esquecendo-se os limites materiais, culturais e ideológicos que lhes são impostos de todo o lado, deixando-se ultrapassar pela luta de classes...

3) Como pode o "espírito libertário vigente no colectivo" condicionar-se com uma prática militante no seio da classe operária, do proletariado em geral e do povo? Isso de quem antecipar a sociedade comunista para agora (no possível, combatendo a alienação) pode-se resumir em "liberalismo pequeno-burguês" quando diz respeito a um aspecto tão importante da libertação da classe operária e do povo: a organização. Claro que vocês não serão, como "colectivo do COMBATE", a classe operária. Mas não é a sua luta a vossa luta? Pelo menos não é isso que vocês pretendem? O que é o vosso "Combate" sendo o deles? Ou vocês concordam, ou ele não tem sentido.

No fundo, todos nós pensamos como vanguarda, a partir do momento em que pensamos que a nossa opinião está certa. Não que de vanguarda a burguesia de Estado vai um grande passo.

Bom, aqui fico a crítica, com todos os erros e incorrecções possíveis. Haverá outras coisas, só que não fiz nem pretendi fazer uma análise sistemática da vossa actuação. Apenas desejo que isto sirva para algo.

Sinceramente,

M. P. F.

A carta deste camarada é uma das poucas em que se dirigem críticas ao "Combate" de uma forma não sectária e portanto útil para todos os revolucionários. Convém pois que as formas de sua publicação façamos alguns comentários.

1) Sobre a questão da nossa "insuficiente análise das contradições da classe dominante" — Julgamos a crítica infundada, pois pensamos ter desenvolvido a nossa análise ao longo dos nossos editoriais. Remetemos em particular para o editorial do passado número, ou para a colecção dos nossos editoriais, do n. 1 ao n. 20, publicada nas edições "Afrontamento". Mas o problema principal é que nós não colocamos do mesmo modo a questão das alianças. Trata-se para nós de desenvolver a unificação da prática comum dos trabalhadores ao nível da sua autonomia, e não de fazer "alianças", "frentes", etc. com cúpulas burocrático-partidárias.

2) Sobre a questão da "exterioridade da teoria revolucionária" — Não recusamos tal exterioridade, nomeadamente no sentido de que não achamos que a uma dada prática corresponda imediatamente a consciência dessa prática. Recusamos, isso sim, os processos propagandísticos de a superar, pois neste caso específico, como mais geralmente, pensamos que as formas de actuação não são independentes dos fins que visam. Estes, muito pelo contrário, condicionam tais formas de actuação. Assim, a forma de superar a exterioridade que consiste em "infiltrar a teoria nas massas" contém em si a não superação da mesma exterioridade, pois reproduz a separação infiltrador/infiltrado, conduzindo portanto à manutenção dessa exterioridade. Nós defendemos que a teoria deve ser desenvolvida e apropriada pelas massas, sendo nossa missão contribuir para acelerar esse processo. Claro que tudo isto implica o fim dos "dirigentes supremos", "grandes educadores", etc.

3) Sobre a questão da incompatibilidade do "espírito libertário vigente no colectivo" com a "prática militante no seio da classe operária" — O que dissemos em 2) aplica-se de certo modo a este ponto. Nós não visamos nem dirigir nem organizar a classe operária. Queremos sim contribuir para que ela se auto-organize e auto-dirija, ajudando a criar condições que favoreçam essa auto-organização e a acelerá-la. É isso, de resto, a razão de ser deste jornal. Assim, julgamos que não há incompatibilidade entre o "espírito libertário vigente no colectivo" e uma prática militante, julgamos mesmo que esse espírito libertário já é, em si, uma prática militante, pois cria condições que dificultam o desenvolvimento dessa mesma prática num sentido contrário aos nossos propósitos, ou seja, que dificultam o seguidismo, a hipocrisia política, as hierarquias, etc.

O "Combate" vive unicamente das vendas, assinaturas e apoio dos colaboradores. Muitas assinaturas passaram já o prazo sem terem sido renovadas. PEDIMOS A TODOS OS ASSINANTES QUE AINDA O NÃO FIZERAM QUE RENOVEM RÁPIDAMENTE AS SUAS ASSINATURAS.



Luta de classes, Afrontamento

nas edições Afrontamento, colecção Luta de Classes, foram editados o Manifesto do Combate e os editoriais e outros textos do colectivo dos colaboradores do jornal, desde o primeiro número, de 21 de junho de 1974, até ao número vinte, de 11 de maio de 1975. à venda em todas as livrarias, e também nas livrarias Contra a Corrente, na rua do Breireiro, 50 (Porto) e na rua da Atralaia, 204-206, ao Bairro Alto (Lisboa).

QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N

1 ano (26 números) — 90\$00; 6 meses (13 números) — 45\$00; apoio (anual) — 120\$00 mínimo.

Europa (1 ano — 168\$00); USA (1 ano 210\$00) (por avião); Angola (1 ano — 207\$00).

QUERIA VENDER O COMBATE

Junto envio \$

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

COMBATE

pag. 8 31/10/75

MANIFESTO DO COMBATE

Nas actuais circunstâncias da luta de classes que se trava em Portugal, achamos necessária a alteração do nosso MANIFESTO em dois pontos. Em primeiro lugar, aumentando o ponto 1. Em segundo lugar acrescentando um novo ponto, que será portanto o número 11.

O ponto 1 passará a ter o seguinte título: "Contra a posição reaccionária que considera como objectivo do nosso combate o apoio a um governo; contra todas as tentativas de reconstrução do aparelho de Estado à base da recuperação e castrição das organizações autónomas dos trabalhadores — os explorados e oprimidos desenvolvem a sua luta autónoma.

Ao que já anteriormente dizíamos neste ponto, acrescentamos:

As posições que consistem em recuperar e castigar a iniciativa das massas trabalhadoras através dum atrelar dessas iniciativas ao aparelho de Estado contribuem para a manutenção do domínio do capital e da sociedade de classes. Nas circunstâncias actuais essas posições exprimem-se:

1) Quer através da tentativa de enquadramento do proletariado em organismos artificiais (CRT, CDR), pensados e concebidos exteriormente as lutas concretas, revestindo a capa de um apartidarismo sorrateiro.

2) Quer tentando reorganizar as estruturas administrativas do Estado à base da recuperação das comissões de bairro e das comissões de moradores.

3) Quer tentando canalizar a iniciativa e capacidade de auto-organização operária para as tarefas de gestão da actual economia (capitalista) fazendo crer aos trabalhadores que esta é a sua economia, tentando institucionalizar e cristalizar as comissões de trabalhadores — órgãos efectivos de auto-organização operária surgidos e desenvolvidos no fogo da luta e para a luta — em órgãos de gestão do capital, em íntima colaboração com os órgãos de planificação estatal.

As organizações autónomas dos trabalhadores são a base da destruição do Estado e não a base de um novo Estado.

A luta do proletariado pela sua total emancipação levá-lo-á à destruição do Estado, de todas as estruturas repressivas e a pôr fim ao salarido, destruindo-se enquanto classe.

Ponto 11: "A 'batalha da produção' é uma palavra de ordem reaccionária que visa convencer os explorados a incentivar a produção de mais-valia".

Enquanto a produção estiver sujeita à lógica da acumulação do capital e assente na exploração do trabalho assalariado e não organizada para a satisfação das necessidades dos trabalhadores; enquanto os frutos da actividade dos produtores forem sentidos por estes como algo que lhes é estranho e o seu trabalho como sacrifício

necessário à sobrevivência e não como realização e desenvolvimento da sua livre actividade criadora; enquanto não forem os próprios trabalhadores a decidir da utilização da sobre-produção, e forem uns a trabalhar e a originar a sobre-produção (proletários) e outros a decidir os critérios de utilização dessa sobre-produção (capitalistas, gestores, capitalistas de Estado); enquanto existirem estruturas separadas e acima do resto da sociedade (Estado, exército profissional, polícias, tribunais, etc.),

estruturas essas propriedade dos especialistas das diversas funções necessárias à manutenção da ordem social existente, estando o trabalhador efectivamente afastado da gestão do seu trabalho e de toda a vida social, quaisquer que sejam as formas demagógicas que se invoquem para ocultar esse afastamento ("controle", "intervenção", "participação", etc.) — Enquanto tudo isto se mantiver, mantêm-se ao mesmo tempo os próprios fundamentos da actual ordem social. Nestas circunstâncias, a palavra de ordem "batalha da produção" corresponde, pois, à necessidade que o capital, representado hoje em Portugal pelos capitalistas de Estado ascendentes, sente de utilizar mecanismos de ordem ideológica preferencialmente aos mais directamente repressivos para a prossecução de dois objectivos essenciais: 1) Incremento da mais-valia produzida pelo proletariado. 2) Mergulhar mais profundamente as massas na alienação generalizada, tentando evitar, pelo aumento das horas de trabalho ou intensificação das cadências, as discussões e reuniões de massas no local de produção, e procurando deste modo dificultar a auto-organização operária.

Gomal:

A caminho da solidariedade operária

(continuação da p. 5)

guinte não aceitaram. E como não aceitaram ia-se levantar com uma nova proposta. Na altura os trabalhadores dizem que dão um prazo de dez minutos para se levantar com alguma proposta concreta. E é nessa altura que lhe dá um ataque de nervos, ou a tal crise nervosa. E levado para o hospital, onde ainda se encontra.

COMBATE — Qual é a posição do Ministério do Trabalho para com a vossa luta?

B — Ele está em posição de absoluta neutralidade com as duas partes e porque isso é uma verdade e eu, aliás, a propósito disso já escrevi uma carta para o Ministério do Trabalho, ou para o próprio Conselho Superior da Revolução. Neste momento, quanto a mim, não há leis que protejam os trabalhadores em situações como esta, lei absolutamente nenhuma. Quer dizer, pois, a entidade patronal pode ter muito dinheiro mas não é responsável por uma falta de pagamento de salários aos trabalhadores. A firma é que é; a entidade patronal nunca é. Claro, tudo isto porque? Porque existem leis fascistas que nunca mais são alteradas. E depois se fôr uma pessoa que tem quintas, que tem prédios, como é o caso aqui, e tem a barriguinha cheia ao fim do mês, não se preocupam que os seus trabalhadores ao fim do mês não tenham. Este sistema é assim. Eu posso estar a ser muito cru, mas é isto. O próprio Ministério do Trabalho não tem possibilidades de actuar mais directamente porque lhe falta competência jurídica para o fazer.

COMBATE — Vocês tinham-nos falado há bocado na possibilidade de ocupação das quintas e casas do proprietário aqui da fábrica. Vocês levam isso até ao fim?

B — Ah, pois, até ao fim. Teremos de alertar as autoridades todas deste país, se fôr necessário, para o nosso caso. E como só os podemos alertar sobre pressão, pois será pela ocupação desses locais até que a polícia ou o próprio exército nos corra de lá, mas só a força. Pois nós evidentemente faremos isso, pois isto é uma situação ignóbil: os trabalhadores estão há três meses sem receber.

COMBATE — Mas como o Estado representa tendências capitalistas, terá de haver um grande movimento de solidariedade operária para vos ...

B — Exacto, e nós nesse aspecto estamos conscientes disso e vamos entrar em contacto com comissões de trabalhadores, comissões de moradores, dar-lhes conhecimento da nossa luta e pedir-lhes apoio.

COMBATE — Portanto vocês prevêm uma ligação a essas comissões de trabalhadores e de moradores para encetarem essas fases de luta — é isso?

B — Exactamente.

COMBATE — Essas letras de que falou tinham alguma coisa a ver com os trabalhadores de outra firma do vosso patrão, a RACAR (isso veio noticiado no jornal de ontem)?

B — Essa firma, Ferreira e Cardoso, é correspondente do Banco de Angola em Santo Tirso e em determinada altura essa firma fez pagamentos de letras da GOMAL, durante três, quatro meses. E em determinada altura a GOMAL é obrigada a aceitar letras a essa firma, Ferreira e Cardoso, que são aceites. Ora bem, enquanto que essas letras dos nossos fornecedores nós poderíamos — isto em termos inseridos num sistema capitalista e, vamos lá, mais ou menos legais — poderíamos reformá-las (quer dizer, dizer aos fornecedores: eh pá, é de 50 contos mas nós mandamos 25 em dinheiro e 25 numa nova letra) e os fornecedores aceitariam — pelo menos têm aceite sempre — não senhor, agora teríamos que pagar por inteiro. E as mesmas letras que foram substituídas as tais que foram pagas e que foram sacadas pela firma Ferreira e Cardoso já não podem ser objecto de reforma porque ele fez uma acta em Assembleia Geral aqui da GOMAL em que essas letras não serão reformadas. Independentemente disso fez um penhor da fábrica à firma Ferreira e Cardoso a garantir o pagamento das letras. Obriga os trabalhadores da firma Ferreira e Cardoso a interferir nesse processo, porque eles assinam um documento em que dizem não querer que essas mesmas letras sejam reformadas. E então o que é que acontece? O pessoal da GOMAL não recebe, os fornecedores da GOMAL não recebem também, mas a firma Ferreira e Cardoso recebe. Quer dizer, é por numa situação de privilégio uma firma que também é dele. Claro, os trabalhadores lá baixo (da Ferreira e Cardoso; nota nossa) fizeram essa opção, quanto a mim mal esclarecidos, ou pelo menos não se quiseram esclarecer melhor. Mas a entidade patronal é que é a responsável por esses mesmos actos. Quer dizer, também não podemos estar a imputar aos trabalhadores da firma Ferreira e Cardoso a culpa disso.

Até porque eles não foram consultados para que a firma Ferreira e Cardoso fizesse os pagamentos através de letras ou não. Agora, se eles foram consultados, não deviam dizer que ainda não foram consultados. E eles dizem que não. Por outro lado, eu como trabalhador, uma posição que acho que deveria tomar seria dizer: nós não temos nada com esse assunto. E, por conseguinte, não faziam nada. Ao fazê-lo, claro, entraram de certo modo um bocadinho em choque connosco, porque não viram qual era o nosso problema e só viram o problema deles.

COMBATE — Vocês já falaram com eles, não foi?

B — Agora já falámos com eles, até porque houve determinados boatos que se tentava destruir a firma lá em baixo. Houve também boatos que eles nos tentavam bater a nós. Eles estiveram no Ministério do Trabalho, tivemos lá um esclarecimento com eles. Pois já lhes disse-mos que fâmos iniciar novas fases de luta e que eles não seriam prejudicados directamente com essas fases de luta, porque nós nunca queríamos de forma alguma

destruir as instalações e os locais onde eles trabalham. O que nós pedíamos acima de tudo era que eles também não interferissem na nossa luta. Então eles disseram-nos que ficariam numa posição de absoluta neutralidade a partir daí nós continuaríamos com as nossas fases de luta. Se eles quizessem apoiar-nos, seria o ideal, porque de certo modo estamos ligados por reflexos na medida em que tudo isto parece-me muito mais, as pessoas conhecem-se, são conhecidas... Até não queríamos prejudicá-los em relação a determinadas coisas. Nós queríamos tentar um boicote, de maneira as pessoas não irem lá comprar coisas, mas aí estamos a prejudicá-los directamente, e isso não queremos. Por conseguinte teremos de alertar as pessoas para aquilo que é a nossa luta e evitar os reflexos de maneira a eles não serem prejudicados. Mas aí já não é culpa nossa. Eles aí só podem responsabilizar a entidade patronal para tentar que ela proceda de outra maneira — e aí acabam-se os problemas todos. Até lá, teremos de desenvolver todas as lutas possíveis e imaginárias para resolvermos esta situação.

COMBATE — Portanto, vocês estão convictos de que irão até ao fim.

B — Vamos até ao fim. Não retrocedemos absolutamente nada.